

**Jean Colbert Dias**

# **RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO E DO ADVOGADO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

**O Dolo e a Má-Fé na Responsabilização  
do Advogado e do Gestor Público**

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

# SUMÁRIO

---

|                                                                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                           | <b>15</b> |
| <b>1 – O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DIRETAS .....</b>                                                      | <b>17</b> |
| 1.1 OS ASPECTOS GERAIS SOBRE AS LICITAÇÕES.....                                                                                   | 17        |
| 1.2 A CONTRATAÇÃO DIRETA .....                                                                                                    | 19        |
| 1.3 OS CONTORNOS GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO .....                                                                   | 25        |
| 1.3.1 A Imperfeição do Ato Administrativo e a Investigação de sua Origem .....                                                    | 30        |
| 1.3.2 A Discricionariedade do Gestor Público .....                                                                                | 33        |
| 1.3.3 O Controle da Atuação Discricionária .....                                                                                  | 37        |
| 1.3.4 O Controle da Atuação Discricionária do Gestor Público e a Busca por Proteção.....                                          | 40        |
| <b>2 – A CONTRATAÇÃO DIRETA DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO COMO EXEMPLO DA INSEGURANÇA JURÍDICA .....</b> | <b>43</b> |
| 2.1 AS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO E SUA FINALIDADE .....                  | 43        |
| 2.2 O OBJETIVO DA PARCERIA ENTRE O PODER PÚBLICO E AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....                                            | 45        |
| 2.3 O VÍNCULO JURÍDICO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPS .....     | 47        |

|            |                                                                                                                                                                    |           |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 2.4        | DA INAPLICABILIDADE DA LEI 8.666/1993 NA FORMAÇÃO DO VÍNCULO JURÍDICO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO..... | 53        |
| 2.5        | A INCIDÊNCIA DAS REGRAS DO DECRETO FEDERAL 3.100/1999 .....                                                                                                        | 62        |
| 2.6        | O POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....                                                                                                               | 64        |
| 2.7        | O MÉTODO UTILIZADO PARA FUNDAMENTAR A CONTRATAÇÃO DIRETA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO BASEADO NO DECRETO 3.100/1999.....                | 66        |
| 2.8        | A IRRETROATIVIDADE DA LEI .....                                                                                                                                    | 68        |
| 2.9        | O TERMO DE PARCERIA FIRMADO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO – AUSÊNCIA DE ERRO – APLICAÇÃO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO .....                    | 70        |
| <b>3 –</b> | <b>A AUTONOMIA DO ADVOGADO .....</b>                                                                                                                               | <b>75</b> |
| 3.1        | A INVIOABILIDADE DO ADVOGADO PARECERISTA – EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....                                                                                       | 75        |
| 3.1.1      | A Jurisprudência Criminal Acerca da Imunidade Profissional ..                                                                                                      | 78        |
| 3.2        | O ADVOGADO PÚBLICO NÃO EXERCE ATOS DE GESTÃO....                                                                                                                   | 82        |
| 3.3        | O PARECER JURÍDICO NO PROCESSO LICITATÓRIO .....                                                                                                                   | 85        |
| 3.4        | A FORÇA VINCULATIVA DO PARECER JURÍDICO NAS LICITAÇÕES.....                                                                                                        | 90        |
| 3.4.1      | A Extensão dos Pareceres Jurídicos nas Licitações e a Responsabilização do Advogado Perante o Tribunal de Contas da União .....                                    | 94        |
| 3.5        | A NATUREZA DO PARECER JURÍDICO EMITIDO NA LICITAÇÃO E O POSICIONAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA.....                                                                      | 100       |
| 3.6        | A DELIMITAÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO DO ADVOGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....                                                                                  | 106       |
| 3.7        | O POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL NA SEARA CÍVEL E CRIMINAL SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DO ADVOGADO PARECERISTA .....                                                 | 115       |

|       |                                                                                                                                                                   |            |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.8   | A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A NOVA REDAÇÃO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....                                                    | 126        |
| 3.9   | A VIRADA HERMENÊUTICA .....                                                                                                                                       | 129        |
| 4 –   | <b>A INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E A SEGURANÇA JURÍDICA .....</b>                                                                                                   | <b>147</b> |
| 4.1   | A NECESSÁRIA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA.....                                                                                                                       | 147        |
| 4.2   | A RECLAMADA SEGURANÇA JURÍDICA COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO AO GESTOR E AO ADVOGADO PARECERISTA.....                                                                | 152        |
| 4.2.1 | Os Efeitos da Insegurança Jurídica .....                                                                                                                          | 153        |
| 4.2.2 | A Judicialização do Processo Administrativo .....                                                                                                                 | 156        |
| 4.3   | OS LIMITES DA FORÇA VINCULANTE DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....                                                                                     | 158        |
| 4.3.1 | Os Tribunais de Contas e o Relacionamento com as Orientações Gerais das Cortes Superiores.....                                                                    | 165        |
| 4.4   | O PROBLEMA: A FALTA DE PREVISIBILIDADE E UNIFORMIZAÇÃO ENTRE AS DECISÕES JUDICIAIS E OS POSICIONAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..... | 168        |
| 4.5   | A EXIGIDA SEGURANÇA JURÍDICA .....                                                                                                                                | 172        |
| 4.6   | A NECESSIDADE DE INSTITUIR-SE UMA UNIFORMIZAÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO E DO ADVOGADO PARECERISTA .....                                        | 174        |
|       | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                                  | <b>179</b> |
|       | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                          | <b>183</b> |
|       | <b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>                                                                                                                                      | <b>189</b> |